

## **Propostas de Ações Extensionistas do Núcleo de Políticas Públicas para a Juventude da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

Área Temática de Direitos Humanos

### Resumo

Atualmente, vários seminários nacionais e atividades estão sendo desenvolvidos para discutir e definir políticas públicas para a juventude, a fim de provocar e fomentar transformações nas realidades. No Mato Grosso do Sul a realidade não é diferente: ações específicas para a juventude são ineficientes e em sua maioria o tratam com problema social. Com essa reflexão, foi idealizado e lançado em 15 de março de 2004 o Núcleo de Políticas Públicas para a Juventude (NEPPJ/UFMS) — programa de extensão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, coordenado por equipe interdisciplinar de acadêmicos e docentes. Tem como objetivo criar espaços de discussão, produção e mobilização de políticas públicas para a juventude, para que temas em questão sejam assumidos, planejados e gerenciados pela juventude como parte integrante de suas lutas e conquistas. Formar multiplicadores, produzir e realizar ações para a discussão e reflexão em centros acadêmicos, escolas e grupos de base, além de desenvolver parcerias com instituições e ser referência para o desenvolvimento de programas de juventude no estado de Mato Grosso do Sul são outros eixos. Assim, neste artigo são apresentados os objetivos do programa, os projetos envolvidos e os resultados obtidos.

### Autores

Marcelo Augusto Santos Turine - Doutor  
Rosa Maria Fernandes de Barros - Mestre  
Leonardo Bastos - Graduando  
Hosilene de Araújo Lubasheky - Graduando  
Thiago Pereira Vieira - Graduando

### Instituição

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Palavras-chave: políticas Públicas para a juventude; cidadania; NEPPJ/UFMS

### Introdução e objetivo

Falar de políticas públicas para a juventude é falar de suas condições de vida, dos seus sonhos, das suas esperanças. A experiência já revelou que política pública não é um processo pronto, acabado e nem em concessão; mas sim fruto da capacidade de mobilizar, organizar, reivindicar e, como consequência, produto de conquistas históricas denominadas de direitos sociais.

A cidadania inclui além dos direitos civis e políticos, os direitos sociais, que se referem às condições de vida e trabalho e ao acesso aos bens de consumo reconhecidos pela sociedade. São considerados direitos mínimos, ou seja, entendidos como as condições necessárias e indispensáveis para uma vida digna.

Esses direitos tomam o eixo norteador para a construção de políticas públicas que conceitualmente pode-se entender como um conjunto de serviços organizados pelo governo objetivando o “bem-estar” ou atendimento das necessidades da população. A questão fundamental, no entanto, conceituar o real funcionamento eficiente desses serviços que dependem de constante vigilância da sociedade por meio de suas legítimas representações,

quais sejam: movimentos sociais e sindicais, entidades de classes, ONG's, pastorais sociais, entre outros.

Diante disso, podemos dizer que todo cidadão tem seu papel definido na gestão de políticas públicas: monitorar a implantação, a execução, a qualidade e abrangência dos serviços públicos. Este exercício de cidadania é denominado Controle Social, que é compreendido com uma contribuição dos cidadãos na gestão das políticas públicas. No entanto acreditamos que políticas públicas são as ações que ultrapassam o monitoramento, trazendo a efetiva participação no planejamento, implementação e controle das ações, sendo os cidadãos, portanto, gestores completos da busca de melhorias contínuas.

O novo ordenamento constitucional e legal da educação no Brasil, inaugurado em 1988, juntamente com várias medidas na esfera do planejamento educacional, configura uma situação que tem sido caracterizada como de reforma educacional. Esse conceito revela o entendimento de que estão sendo realizadas várias situações na estrutura dos órgãos e instituições dos sistemas de ensino e introduzidas novas regras para seu funcionamento e relacionamento, mas que ainda não chegam a alcançar as mudanças necessárias para que os princípios da democracia e da cidadania, com equidade e respeito às diferenças regionais, culturais e individuais, possam ser promovidas pela educação escolar. Assim sendo, pode-se perceber a importância, junto com o instituído (a norma, o jurídico e o administrativo), de preservar e ampliar os espaços para que a dinâmica social possa produzir movimentos instituintes de novas normas, novos processos administrativos e novas formas de justiça, ou seja, para que os sujeitos de direitos até o presente ausentes ou sub-representados na sua definição e apropriação possam efetivamente deles participar.

Nesse sentido, é particularmente interessante atentar para a decorrente noção de gestão pública, que poderá construir as necessárias bases para a mudança. Da gestão pública que se trata, fazem parte não apenas os tradicionais atores incumbidos de responsabilidades nos Poderes instituídos, mas também precisam ser acolhidos e valorizados os atores sociais capazes de provocar avanços e de conferir mais eficácia à ação das políticas públicas.

No Brasil, apesar de se ter crescido a atenção dirigida aos jovens nos últimos anos, tanto por parte da opinião pública, quanto por parte das academias, dos setores sociais, instituições governamentais e não governamentais, as ações têm sido muito tímidas, sendo que na maioria dos projetos e/ou programas sociais, a juventude é tomada com sub-cultural, marginal e delinqüente, causa dos vários problemas sociais. A juventude é abrangida por políticas sociais para todas as faixas etárias, ações essas que não consideram sua pluralidade, logo, precisa-se urgentemente de políticas transformadoras sociais – e que considere o jovem na sua dimensão de potencialidade pessoal e social.

No estado de Mato Grosso do Sul a realidade não é diferente: as ações específicas a juventude são ineficientes e em sua maioria o tratam como problema social. Por exemplo, o Conselho Estadual Antidrogas é ligado a Secretária de Justiça. Temos também alguns projetos e ações que se propõem a trabalhar a partir da potencialidade da juventude como a ONG – CPJ (Centro de Protagonismo Juvenil) que desenvolve o Projeto Fala Galera; PJ – Regional - Oeste I, entre outras que começam a ter maior visibilidade por causa da criação da Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer (instituída recentemente em 2004), Conselho Estadual da Juventude e Coordenadoria Municipal de Desenvolvimento da Juventude de CG/MS, sendo que com essas três últimas organizações temos perspectiva de que se amplie a construção e implementação de políticas públicas para a juventude.

Assim, fazer do jovem o gestor pleno de suas políticas depende, sobretudo da educação. Segundo Castoriadis (1998, p.99), o “objeto da verdadeira política é transformar as instituições, mas transformá-las de maneira que estas eduquem indivíduos para a autonomia [...]. Somente uma sociedade autônoma pode formar indivíduos autônomos, e vice-versa...”, A formação e transformação dos jovens em profissionais capazes e conscientes são funções

das universidades, que assim podem mudar a visão das sociedades contemporâneas, as quais possuem duas formas de se referir e abordar juventude e por sua vez enfatizam mais a primeira, uma como problema social e outra como solução para os problemas sociais. As universidades públicas enquanto espaço privilegiado de formação integral e produção de conhecimento têm como compromisso e responsabilidade social articular sua ação com os diversos setores da sociedade, a fim de aproximar sua produção científica do cotidiano das pessoas e propor soluções para as problemáticas sociais.

Com essa reflexão, foi idealizado e lançado em 15 de março de 2004 o Núcleo de Políticas Públicas para a Juventude (NEPPJ/UFMS) que é um programa de Extensão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, coordenado por uma equipe de quarenta acadêmicos e docentes. Tem como objetivo geral criar espaços de discussão, produção e mobilização de Políticas Públicas para a Juventude, para que temas em questão sejam assumidos, planejados e gerenciados pela juventude como parte integrante de suas lutas e conquistas. Os objetivos específicos são formar multiplicadores, produzir e realizar ações para a discussão e reflexão do tema para os centros acadêmicos, escolas, grupos de base da PJ e outros, além de desenvolver parcerias com instituições, entidades e organizações afins; ser referência para o desenvolvimento de programas na área em Mato Grosso do Sul.

### Metodologia

Considerando a concepção crítica da cidadania como uma prática política, uma atividade criadora, onde os indivíduos passam a reger os destinos comuns à sua realidade social. Perspectiva que visa a definição e a gestão da existência do “bem comum”, objetivo esse, entendido como a tentativa de assegurar a autonomia individual e coletiva e a necessidade de possibilitar o contato dos estudantes universitários com a comunidade externa, atuando como agentes de transformação social.

Discutir políticas públicas, direitos humanos e cidadania a fim de provocar e fomentar transformações nas realidades é objetivo do Projeto Ação Cidadã, que será implementado a partir de agosto de 2004 na UFMS. Será realizado por meio de atividades como oficinas de texto e pintura, teatro, apresentações musicais, palestras, debates, entre outras. Todas estas ações serão norteadas a partir do prévio diagnóstico a ser realizado em cada escola, para que atendam as particularidades estruturais e humanas com o objetivo de possibilitar o contato dos estudantes universitários com a comunidade externa, atuando como agentes de transformação social.

Em todas as atividades e ações extensionistas desenvolvidas pelo Núcleo de Políticas para a Juventude serão planejadas por uma equipe interdisciplinar com acadêmicos dos cursos de Ciências Sociais, História, Pedagogia e Psicologia e outros profissionais. Com o intuito de realizar um trabalho contínuo e efetivo, pretende-se focalizar uma escola durante trinta (30) dias, com encontros/ações duas vezes durante a semana.

A arte tem se mostrado um eficiente instrumento de mobilização social, ela tem a capacidade de potencializar as discussões acerca de diversos assuntos éticos, sociais, políticos, econômicos, religiosos. Para o Professor Dr João Spinel, docente do curso de Pós-Graduação em Artes, do Departamento de Artes Plásticas ECA/USP, as “manifestações artísticas idealizadas para os espaços públicos redimensionam e/ou possibilitam articulações de uso do próprio espaço público, criando formas de apropriação e de organização social e, algumas vezes, até simbólicas, que requalificam a própria vida do indivíduo, da localidade e da comunidade circunscrita a essas manifestações/idealizações”.

As edições de Teatro, Dança e Música serão apresentações de grupos, companhias e artistas de Mato Grosso do Sul nos blocos e corredores da UFMS e de outras Instituições. A Exposição de telas e concursos de Fotografia, Documentário e Poesia com temas dentro área de Juventude e Políticas Públicas também serão planejadas. Outro projeto do Núcleo é o Arte

Itinerante, que objetiva provocar reflexão e discussão sobre arte, cultura e políticas públicas, possibilitar o contato com diferentes tipos de artes e desmistificar a arte como propriedade acadêmica e elitista.

Para que a participação social se concretize com verdadeira substância e na totalidade de suas ações, o aprendizado conceitual, bem como a compreensão de todo processo de constituição da política - planos, programas e projetos - é indispensável. Contudo, se faz necessário ainda, o entendimento da execução e alocação de recursos necessários para a implantação e implementação dos planos. E serão realizados dois Fóruns de Políticas Públicas para a Juventude com os temas “ Formar e Transformar” nos dias 31 de maio e 01 de junho e “Jovens Acontecendo” nos dias 3, 4 e 5 de novembro. E também um Seminário de Políticas afirmativas no dia 13 de agosto.

Comungando o desejo de um exercício pleno e crítico de cidadania, com dinamismo e de forma mais intensa nas últimas décadas, a juventude brasileira tem assumido esse desafio. Uma importante atividade promovida pela PJB é a Semana da Cidadania, criada em 1995 e marcada por atividades em todo país a favor dos adolescentes e jovens a partir da temática proposta. O tema dos últimos três anos foi Políticas Públicas para a Juventude, o que responde com excelência a pertinência desse projeto cadastrado no Programa Núcleo de Políticas Públicas para a Juventude visando que os participantes da Semana da Cidadania concretizem o exercício da Cidadania na realidade que estão inseridos. As atividades envolvidas são: concurso de Redação e Mesa Redonda com o tema: “América Latina: Construindo Democracia como Bem Comum”; Campanha de doação de sangue “Doe Vida”; Campeonato da Cidadania nas modalidades de futsal, basquetebol, voleibol, handebol e Show da Cidadania. Todas as atividades têm como público alvo os acadêmicos da UFMS e alunos do 3º ano de Ensino Médio e de Cursos Pré-vestibulares, exceto o Concurso de Redação que os acadêmicos da UFMS não podem participar.

De acordo com Castoriadis (1998) o “objeto da verdadeira política é transformar as instituições, mas transformá-las de maneira que estas eduquem indivíduos para a autonomia [...]. Somente uma comunidade autônoma pode formar indivíduos autônomos e vice-versa, daí o paradoxo corrente. Veja aspectos deste paradoxo: a autonomia é a capacidade de questionar uma instituição dada sociedade – e é esta instituição que, através, sobretudo da educação, deve nos tornar capaz de questioná-la”.

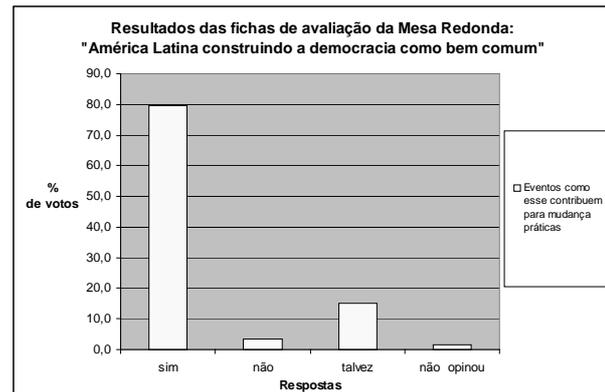
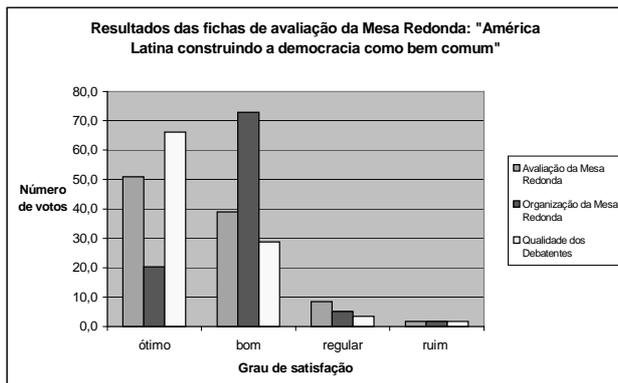
O projeto Oficina de Comunicação visa possibilitar a compreensão crítica e global das Políticas Públicas para Juventude com os alunos do 3º ano da Escola Estadual Rui Barbosa de Campo Grande/MS. Objetiva-se discutir valores e atitudes para formação do juízo crítico, para a adoção de posturas éticas e participativas relacionadas às Políticas Públicas, para assim à monitoria, a execução, a qualidade e abrangência das mesmas. Será realizado por meio de doze oficinas quinzenais, com carga horária de 3 horas e conteúdo programático de elaboração de jornal na área de Políticas Públicas. As oficinas serão desenvolvidas a partir da realidade dos alunos, conhecimento e experiência que possuem de forma dinâmica e integral.

## Resultados e discussão

O escopo e as políticas de extensão da UFMS nos permitiu planejar cinco ações para este projeto, resgatando as finalidades de uma instituição pública de ensino superior, colocando em discussão os conceitos e a prática de cidadania e democracia.

A primeira ação da Semana da Cidadania, em ordem cronológica, é o concurso de redação que conta com 12 escolas das redes pública e particular, cadastradas com seus respectivos terceiros anos do ensino médio, objetivando a feitura de redações na forma dissertativa, acerca do tema: “América Latina: Construindo a democracia como bem comum”. As direções das escolas nos enviaram 60 redações que já foram avaliadas resultando na classificação das 05 primeiras, que terão seus autores solenemente premiados.

Em 14 de Abril de 2004 ocorreu a mesa redonda com o mesmo tema do concurso de redação, reunindo no anfiteatro do Laboratório de Análises Clínicas da UFMS, um público de cerca de 200 pessoas, que ouviram os debatedores Prof. Dr. David Emanuel-Victor Tauro, Prof. Dr<sup>a</sup>. Inara B. Leão, Prof. Dr. Tito de Oliveira, todos docentes da UFMS, e também o filósofo e membro da Coordenação Nacional da PJ Renato de Souza, que expuseram a produção científica da área e suas opiniões e responderam perguntas da platéia tocando assuntos como o sistema de eleições nas Instituições Federais de Ensino Superior, as transformações da democracia no Brasil e no mundo, e outros temas mais específicos que criaram o espaço de discussão dedicado a democracia e política. Alguns resultados estatísticos são ilustrados nas figuras abaixo.



“Exercício da Cidadania” é a expressão que define a campanha de estímulo a Doação de Sangue iniciada em maio na UGMS e voltada aos acadêmicos da Cidade Universitária em Campo Grande – MS. Formamos uma parceria com o projeto Click-Vida para divulgação da Doação de Sangue, e segundo o Hemonúcleo-NHU o número de doações aumentou 25% em média, demonstrando que um pequeno esforço é suficiente para o exercício da cidadania.

O Show da Cidadania, ocorrido em 20 de Abril, teve por finalidade suprir um dos objetivos do núcleo que é a promoção da integração da comunidade acadêmica, que por sua vez possibilitará a solidificação do Programa cumprindo com o papel de extensão na vida acadêmica. Esta ação contou com a apresentação de bandas musicais de acadêmicos e pela comunidade externa que proporcionaram entretenimento para um público de 400 pessoas. Contou também com um gesto simbólico de cidadania, a doação de um quilograma de alimento não perecível como ingresso, alimentos estes que foram revertidos às entidades: Comunidade Católica São João Batista e Casa de Apoio aos moradores de rua “São Francisco”.

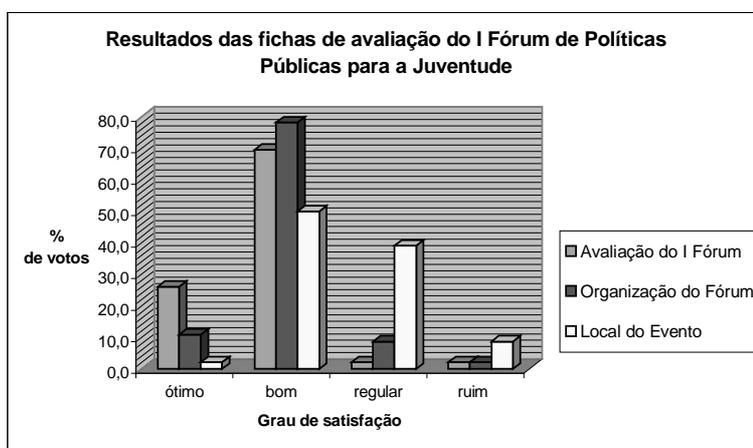
A segunda atividade destinada a integração da comunidade universitário é o campeonato da cidadania que se inicia no mês de Junho/2004, contando com 50 equipes formadas por acadêmicos dos cursos da UFMS e alunos dos terceiros anos do ensino médio das escolas cadastradas para o concurso de redação, nas modalidades de Voleibol, Futebol, Handebol e Basquetebol. Enfim, as atividades vêm ocorrendo em algumas situações não exatamente como o planejado, mas têm cumprido os seus objetivos norteados pelos princípios do NEPPJ/UFMS, seja integrando a comunidade, seja deixando reflexões e pontos de vista sobre cidadania, democracia e todas as políticas públicas que envolvem a juventude.

O segundo projeto, Fórum de Políticas Públicas para a Juventude, figura como o ponto de encontro de todos os componentes do Núcleo Estudantil de Políticas Públicas para a Juventude. Foi realizado o I Fórum de Políticas Públicas para a Juventude, com a presença do Psicólogo Ângelo Motti, coordenador do Programa de Combate ao Tráfico de crianças e adolescentes junto ao POMMAR/USAID e conselheiro do Conselho Nacional de Assistência

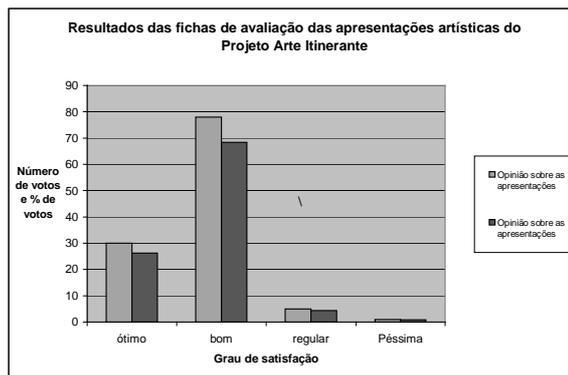
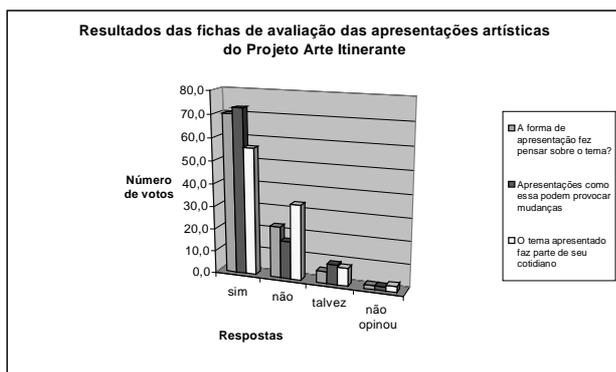
Social, do Advogado Ben-Hur Ferreira substituindo o Deputado Federal Antonio Carlos Biffi, da Socióloga Dra. Idinaura Aparecida Marques com o Tema: “Formar e Transformar” nos dias 31 de maio e 1 de junho de 2004. Cada um dos dois dias do Fórum contou com a presença de 150 pessoas, em sua maioria acadêmicos e profissionais da área de Assistência Social, Ciências Sociais, Psicologia, História, Jornalismo, o que constitui para nós desafio de proporcionar o entendimento de Políticas Públicas como tema transversal.

Ficou ressaltada por todos os palestrantes a necessidade do jovem, como agente transformador da sociedade, de discutir, propor Políticas Públicas a partir da sua realidade, fazendo valer um direito social que deve ser constantemente utilizado. Este projeto encontra-se em fase de planejamento para Seminário de Políticas Afirmativas no dia 13 de agosto/2004 e para sua segunda edição neste ano que realizar-se-á nos dias 3, 4 e 5 de novembro, levando a discussão acumulada para uma ampla análise e construção de propostas para serem encaminhadas aos nossos representantes no poder legislativo, através de publicações sistematizadas em conjunto do final do ano dos outros projetos.

O Arte Itinerante é o projeto que, por meio de apresentações teatrais, ocorridas no mês de março/2004, salientou nos temas das peças a importância dos projetos de extensão coordenados por acadêmicos para complementação da formação e execução de idéias ou desejos dos mesmos. Trouxe questões como a falta de democracia e liberdade, discutiram alguns princípios e ações de cidadania e também levou aos blocos VI, VII, VIII e X da cidade universitária além do corredor central momentos de descontração e relaxamento com as peças apresentadas. Participaram os grupos de teatro Teatros, Cia. Gargalhadas em Cena e apresentações solo de Teófilo Abreu e Elânio Rodrigues, que reuniram públicos variados de 40 a 70 pessoas que passavam pelo local durante as apresentações.



Pesquisa realizada com a distribuição de fichas objetivas junto ao material de apoio, sendo recolhidas ao final atingindo 40% dos participantes.



Pesquisa realizada após as apresentações por meio de fichas com respostas objetivas utilizando amostras de 10 espectadores a cada apresentação.

Nas atividades atuais do Arte Itinerante atingimos os objetivos de transformar os espaços e tempo de intervalo dos acadêmicos em momentos de arte e reflexão, colocando-os em contato com artistas da UFMS e de MS. Levar os acadêmicos a se preocuparem com políticas públicas.

A Exposição de Telas está ocorrendo no período de 17 de maio a 17 de junho, e conta com uma boa participação de acadêmicos e outros profissionais que estão expondo suas obras (desenhos e pinturas) nos blocos e Corredor Central da UFMS.

A oficina de Comunicação promoveu três encontros dos que constam em seu planejamento, introduzindo ao público alvo a compreensão crítica e global de políticas públicas que servirá de pedra fundamental para construção das bases para a publicação do jornal, este sendo o objetivo final e concreto do projeto. Como nada é indissociável em uma oficina com a concepção que implementamos, a reflexão crítica caminha junto com as palestras fornecidas por especialistas da área de jornalismo, políticas públicas e afins, que também têm como preocupação transmitir com uma abordagem interdisciplinar todos os conhecimentos, até agora preparatórios, incitando nos jovens a sua importância como protagonistas de movimentos sociais e de reivindicação de direitos sociais. Logicamente, com estes encontros, e devido aos conhecimentos neles transmitidos, criamos um espaço de discussão para todos os temas que afligem, causam repúdio, fascinam, seduzem e envolvem a vida de um jovem, por conseguinte temos, como acreditamos, atingimos o primeiro objetivo do NEPPJ, fazendo a juventude pensar e propor o que considera importante e melhor para seu desenvolvimento, participando ativamente de um processo de transformação da sociedade.

## Conclusões

É essencial para o desenvolvimento de políticas públicas para a juventude considerar o papel da juventude na sociedade, ou seja, as formas e maneiras de reuni-la para permitir que ela expresse suas necessidades e aspirações de como desencadear a reconstrução do processo político, que concebeu a juventude como beneficiária e contribuinte para todos os aspectos do desenvolvimento nacional.

Na concepção planejamento e execução das atividades do programa de extensão NEPPJ-UFMS assumimos esses aspectos como norteadores do rumo à construção de políticas públicas efetivas para melhoria da qualidade de vida, não só da juventude, mas de toda população. Neste artigo explicitamos nossas ideologias e experiências a fim de registrar e apresentar as ações extensionistas neste tema na universidade, que vai de encontro com sua missão social.

## Referências bibliográficas

OFICINAS PEDAGÓGICAS DE DIREITOS HUMANOS. Coord. Arlindo Grassil. Petrópolis, RJ. Vozes, 1995.

SCHOR, Nélis, TABOSA, Maria do Socorro F., BRANCO, Viviane Castelo. CADERNOS JUVENTUDE, SAÚDE E DESENVOLVIMENTO. Org.: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, 1999, V1.

O CONTROLE SOCIAL E O PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE. Unicamp. Brasília, IEC, 1994.

CAMPOS, Edval Bernardino. O papel e a autonomia dos conselhos e sua relação com as instâncias governamentais. CEAS, PA.

FRAGA, Paulo Denisar. Sinopse de Palestra proferida na mesa redonda “Juventude e cultura”